

**A Construção do Conhecimento sobre Gestão na Incubação de Cooperativas Populares:
uma Análise sob a Luz das Representações Sociais e das Tensões.**

Gustavo Matarazzo Rezende¹
Sergio Luis Boeira²

Resumo

Este trabalho apresenta como objetivo central compreender como se desenvolve o conhecimento sobre a gestão numa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade de São Paulo (USP) a partir do fenômeno e da teoria das representações sociais, tendo em vista a influência das tensões epistêmica e entre racionalidades. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado por meio de entrevistas semi-estruturadas com os formadores e os cooperativas envolvidos no processo. A base teórica se desenvolveu a partir da teoria das representações sociais juntamente com a abordagem substantiva das organizações. Buscou-se compreender como as tensões epistêmica e entre racionalidades afetam o conhecimento sobre gestão desenvolvido no processo de incubação. Concluímos que as tensões epistêmica e entre racionalidades racional e substantiva estão não só relacionadas entre si, mas constituem o cerne dos obstáculos do processo de incubação de cooperativas populares. Argumentamos que o enfrentamento de tais obstáculos depende de uma abordagem crítica, dialógica, com base num paradigma emergente, complexo, que implica na adoção de práticas multi, inter e transdisciplinares (de forma crescentemente complexa). Sem uma adequada estruturação de incubadoras de cooperativas populares, sem uma formação substantiva dos formadores, as tensões tendem a reproduzir-se, como obstáculos não superados.

Palavras-chave: incubação, tensão, representações sociais.

1 Introdução

Em um primeiro momento destacamos que o presente artigo é fruto de uma dissertação de mestrado intitulada Incubação de Cooperativas Populares: Representações Sociais e Tensões. Pretendemos, portanto, apresentar alguns aspectos centrais desse estudo, destacando representações sociais dos envolvidos no processo de incubação (como ensino e aprendizagem de gestão), bem como caracterizar as tensões epistêmicas e entre os tipos de racionalidades instrumental e substantiva.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) tiveram seu início, no ano de 1995, por meio de uma demanda de um grupo da sociedade civil denominado Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida. Essa organização, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, se estruturou, juntamente com a Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), a fim de construir uma metodologia de incubação para o cooperativismo popular, e assim difundí-la por outras universidades do país. Portanto, as ITCPs são caracterizadas como uma

¹ UFSC

² UFSC

prática extensionista das universidades, que busca oferecer o conhecimento técnico e científico às classes populares no intento de construir empreendimentos da economia social e solidária (BOCAYUVA, 2002).

As ITCPs chamaram a atenção das instâncias governamentais que criaram em 1997 o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) com o intuito de dar mais legitimidade a essas organizações, instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o COEP (Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional) apoiaram tal iniciativa (FINEP, 2013). Em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com a FINEP e com a FBB reestruturaram o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) dispondo apoio financeiro ou de manutenção a 35 projetos em diversas instituições. No ano de 2006 mais uma reestruturação é realizada, aumentando o escopo do PRONINC para 40 projetos (NUNES, 2009).

A metodologia de incubação é embasada, fundamentalmente, por dois eixos de atuação: um primeiro deles relacionado à viabilidade cooperativa, composto pelos seguintes princípios: da livre adesão, de controle democrático e participação econômica dos sócios, de autonomia e independência, de cooperação entre as cooperativas, difusão do cooperativismo e da preocupação com a comunidade. Um segundo eixo é relacionado à viabilidade econômica composto por administração, produção e comercialização, inserção produtiva, educação e capacitação profissional (ITCP, 2013).

Nunes (2009) ressalta que as incubadoras à medida que se institucionalizam se tornam laboratórios que aproximam dois dos pilares da universidade, pesquisa e extensão. Diversos resultados são claros exemplos desse estreitamento, pois além da melhoria na gestão dos empreendimentos, monografias, dissertações, teses e outros tipos de pesquisas são realizados sobre tais experiências. A autora afirma que, devido ao grande número de incubadoras, duas redes nacionais são utilizadas para a integração entre as unidades, a rede ITCPs e a Unitrabalho.

O processo de incubação apresenta desafios peculiares à realidade organizacional, Carvalho e Cançado (2009) afirmam que a gestão desenvolvida nesse processo busca promover a autossustentabilidade dessas organizações. Torna-se um instrumento educativo/pedagógico desenvolvidor de diversos tipos de conhecimentos, dentre eles a gestão. A partir dessa visão as ITCPs são entendidas enquanto um tipo de tecnologia social que agrega professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos além dos próprios participantes do processo, ou seja, os cooperativistas. Culti (2009) afirma que as incubadoras têm como objetivo principal a organização e o fomento de determinados tipos de assessorias aos empreendimentos. Segundo a mesma autora os sujeitos do processo de incubação, ou seja, os cooperativistas em formação fazem parte de uma classe historicamente submissa, explorada e marginalizada pelo sistema. Notamos com isso que esse processo é composto, basicamente, por dois grupos, os formandos (cooperativistas) e os formadores. Esses grupos apresentam histórias de vidas distintas, que influenciam em suas construções simbólicas a respeito do cotidiano organizacional. Os cooperativistas são caracterizados pela falta de escolaridade e pelo histórico de submissão e marginalização, enquanto os formadores desenvolvem uma estreita relação com a universidade, tendo envolvimento com a educação formalizada, pertencendo assim a um outro e diferente grupo econômico e cultura. Essas diferenças ao influenciarem a construção simbólica, tendem a transformar o cotidiano em um espaço de disputas simbólicas.

Entendemos que o processo de incubação é uma prática entre formadores e cooperativistas (formandos) que desenvolve um conhecimento a respeito da gestão. No entanto, a produção simbólica individual é um processo idiossincrático, no sentido de que o sujeito exerce dois papéis, o de produtor e o de consumidor. Dessa forma, as informações transmitidas não são necessariamente apreendidas pelos seus consumidores como os transmissores querem, há assim uma produção por parte dos consumidores, mesmo que, frequentemente, não se dê atenção a esse processo (CERTEAU, 2008).

Definimos, como objetivo central desse artigo, compreender o processo de incubação (como ensino e aprendizagem da gestão) a partir das representações sociais em uma ITCP, considerando, como pressupostos, a existência de tensões epistêmicas e entre as racionalidades instrumental e substantiva.

Esses pressupostos são apresentados como fundamentais para a compreensão da representação que os grupos constroem a respeito da gestão. Pois, estudos como o de Carvalho e Cançado (2009) destacam que em um ambiente de incubação, a hegemonia da racionalidade instrumental é fonte de tensão entre a dimensão ética e valorativa dos sujeitos e a racionalidade que impera nas organizações atuantes com a lógica do mercado. Dessa forma, as organizações solidárias/cooperativistas se constituem ideologicamente com um conjunto de valores que muitas vezes contrasta com os valores predominantes no mercado. Portanto as cooperativas podem produzir e se relacionar com o mercado na medida em que este não represente uma ruptura do sentido das atividades cooperativas. Tal situação resulta na e é resultante da tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva, fenômeno esse que influencia preponderantemente as relações sociais desenvolvidas no processo de incubação.

Na medida em que o processo de incubação se forma baseado na relação entre dois tipos distintos de grupos, ou seja, os formadores e os cooperativistas, há um espaço de disputas simbólicas no que tange as representações construídas no cotidiano organizacional. Os mais diversos aspectos, tais como, culturais, de conhecimento, linguísticos, de classe social, dentre outros, são fontes de tensão epistêmica nessa disputa de sentidos que há entre os dois grupos. Ao tratarmos das perspectivas construídas pelos grupos, acreditamos que a teoria das representações sociais seja um instrumento que nos propicie compreender como se deu a construção da gestão durante o processo de incubação.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria das Representações Sociais

A teoria das representações sociais é uma abordagem aberta à compreensão de diversos tipos de saberes (científicos, leigos, etc.). Permite, em princípio, compreender as disputas de sentido que ocorrem entre os grupos acima referidos.

A temática das representações sociais cada vez é mais central nos mais diversos trabalhos dos mais variados campos científicos nos últimos anos. Esse termo foi desenvolvido pelo psicólogo social Serge Moscovici no ano de 1961, ao defender sua tese intitulada *La Psychanalyse: Son Image et son public*. Farr (1995) explica que Moscovici criou uma forma sociológica de psicologia social, até então os autores que tratavam desse tema se restringiam à divisão entre o nível individual e o coletivo. Jovchelovitch (2008) ao tratar do surgimento da representação social inicia sua reflexão pelo pensador francês René Descartes que, segundo ela, em sua obra produziu uma teoria fundamentalmente totalizante do conhecimento representacional, embasada na separação do sujeito e do mundo. O indivíduo resultante dessa

nova formulação torna-se limitado a si mesmo, usando suas lentes (internas) para ver o mundo (externo). O filósofo inglês John Locke foi legitimador desse processo de separação entre o mundo e o sujeito, deixando de lado da representação suas dimensões subjetivas e intersubjetivas. Há então uma dupla ruptura entre o Eu e o mundo e entre o Eu e si. Essa separação fundamentou a base da modernidade e conseqüentemente das ciências que se desenvolveram nesse contexto.

As representações sociais apresentam duas funções essenciais, em primeiro lugar elas “[...] convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhe dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas” (MOSCOVICI, 2009, p. 34).

A outra função apresentada pelas representações sociais é que elas são “[...] prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós como uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2009, p. 36). Ao encontrarmos pessoas e coisas e à medida que nos familiarizamos com elas, as representações sociais se fazem presentes, portanto devemos entendê-las enquanto entidades sociais, que assumem certa coerência entre si. Então as representações sociais “uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (MOSCOVICI, 2009, p. 41).

Segundo Moscovici (2009) o objetivo da teoria das representações sociais está na compreensão da estabilidade social levando em conta a diversidade humana, ou seja, a partir de um mundo em que a imprevisibilidade é uma das características fundamentais, a teoria das representações sociais procura compreender em que se sustenta a estabilidade das relações entre indivíduos. Por exemplo, membros de determinados grupos sociais compartilham a mesma representação do mundo, no entanto ao analisarmos classes dominantes e dominadas visualizaremos distintas representações. Arruda (2005, p. 232) corrobora o exposto, “a teoria das representações sociais lida com a diversidade de saberes oriundos das múltiplas culturas circulantes nas nossas sociedades caleidoscópicas”. Jovchelovitch (2008, p. 36) contribui afirmando que “a formação da representação é uma tarefa pública, um processo contexto-dependente vinculado às condições sociais, políticas e históricas que configuram contextos determinados”.

A partir do entendimento da representação como um processo de produção se tem o duplo caráter apresentado pela mesma, sendo ela uma teoria e um fenômeno. Uma teoria à medida que apresenta um arcabouço conceitual que se propõe a explicar como os saberes sociais são produzidos e transformados, são um fenômeno à medida que referenciam um conjunto de realidades empíricas (JOVCHELOVITCH, 2008). Devemos atentar a essa questão da representação social, pois nesse estudo pretendemos compreender o fenômeno do processo de incubação, com o auxílio do ferramental teórico-epistemológico desenvolvido ao logo dos anos pela psicologia social.

A ideia de que o conhecimento construído ordinariamente está sempre pautado por erros, ou seja, por um processo complexo que envolve ordem-desordem-reorganização, na terminologia de Morin é um dos questionamentos da teoria das representações sociais. A concepção de que a vida do homem ordinário deve ser organizada segundo prescrições da racionalidade técnica, e a sua produção de conhecimento deva ser ignorada é pauta fundamental da racionalidade moderna. No entanto, Certeau (2008) afirma que o homem

inventa o cotidiano, com maneiras sutis que passam despercebidas por essa lógica tecnoburocrática. Jovchelovitch (2008) diz que as representações sociais fazem parte de um espaço denominado de fenomenologia da vida cotidiana, que tem a intenção de compreender a produção de conhecimentos das pessoas comuns e ordinárias, das organizações e das comunidades.

O cotidiano, ele demonstrou, é uma fonte poderosa de conhecimento. Pode ser um tipo de conhecimento diferente do conhecimento científico e tecnológico, mas não é menos sábio nas práticas e questionamentos que ele contém. O que pode parecer irracional ou errado ao observador faz sentido aos agentes do conhecimento (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 95).

Determinadas representações sociais englobam como se concebia a visão de mundo de determinadas sociedades em alguma época. Essas concepções são características das classes dominantes, possuindo assim elementos do passado na sua conformação e construindo uma projeção para o futuro, influenciando assim a reprodução do sistema de dominação. Dessa forma algumas representações podem até ser construídas por meio de ideólogos ou filósofos, por exemplo, mas assumem uma forma horizontal tornando-se habitual e sendo reproduzida a partir dos arcabouços do pensamento coletivo. Portanto embora determinadas representações sejam atribuídas a alguns filósofos, por exemplo, na verdade elas são uma construção conjunta entre o pensamento das elites, das massas e das filosofias em voga, fomentando assim contradições entre elementos da dominação e da resistência, da conformidade e dos conflitos (MINAYO, 1995).

O estatuto da representação é uma construção epistêmica, social e pessoal, esse conjunto explica porque as representações não são uma cópia do mundo, mas um processo de produção criativo da construção simbólica desse mundo (JOVCHELOVITCH, 2008). Ao tocarmos na problemática da produção simbólica, o papel do indivíduo torna-se duplo, ou seja, mesmo sendo consumidor de determinada informação, também é produtor, ou seja, informações transmitidas não são necessariamente apreendidas pelos consumidores como querem os transmissores, há uma produção por parte dos consumidores, mesmo que, frequentemente, não se dê atenção a esse processo (CERTEAU, 2008).

Ao tratar da relação entre ciência e representações sociais, Moscovici (2009) afirma que as mesmas desenvolvem uma relação um tanto quanto contraditória. Pois segundo o autor as mesmas têm objetivos diversos no que tange a dicotomia, familiar e não-familiar. Para compreendermos essa dificuldade de inter-relação entre ciência e senso comum, é importante entendermos o processo de cisão, advindo com a modernidade, criando assim diversas disjunções.

Segundo Morin (2008, p. 263) o paradigma "designa as categorias fundamentais da inteligibilidade e controla o seu emprego", assim todo o tipo de conjuntos, séries, categorias que se referem aos conceitos de determinadas teorias sofrem certa influência cultural do sujeito que os constroem. Dessa forma o paradigma passa a ser uma marca cultural, que na sociedade ocidental nasceu a partir da perspectiva cartesiana, sendo legitimada e instituída com a história por meio do desenvolvimento de diversos pensadores europeus.

O paradigma central que influencia a vida humana ocidental é denominado como Grande Paradigma do Ocidente (GPO). Essa concepção, que baseou a ciência clássica, fundamenta visões mecanicistas e deterministas a respeito da realidade. O GPO é caracterizado pela influência no conhecimento de forma geral, tornando-se imperceptível à

medida que as pessoas estão envolvidas nele, fazendo com que as mesmas não tomem consciência sobre a intervenção que o mesmo tem em suas vidas de forma geral (MORIN, 2008; 2010).

A ciência moderna construiu uma compreensão da realidade embasada, preponderantemente, em aspectos mecanicistas e deterministas. Tornou-se assim uma visão colonizadora de outros tipos de conhecimentos, legitimando a ciência moderna como a única forma verdadeira de compreensão da realidade. A partir dessa visão, o senso comum foi relegado a papel secundário, entendido como forma errônea de compreensão da realidade. O saber do outro foi abafado pelo poder verdadeiro consigo somente através da ciência e de seus métodos.

Há, portanto a necessidade de outro entendimento a respeito da relação entre ciência e senso-comum. Um paradigma que contemple as outras visões, que esteja demarcado pela pluralidade de concepções, agindo assim de forma ética com o outro. Ao tratar dessa nova concepção Santos (2000, p. 108) afirma que o senso comum deve ser compreendido por diversas perspectivas, e pode desenvolver uma relação muito rica com a ciência,

Assim, o senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colocado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e, nessa correspondência, inspira confiança e confere segurança. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a complexidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e não-metódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real. O senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade ou convence.

Para compreendermos as principais características dessa fase, Santos (1999; 2000) formula o conceito de dupla ruptura epistemológica dividindo-o em dois processos peculiares ao conhecimento científico. O primeiro deles se dá com a separação entre senso comum e ciência, o segundo com a ruptura dessa primeira separação, ou seja, ciência e senso comum devem estabelecer novas relações e construir um novo tipo de conhecimento. Santos (1999, p. 41) afirma que essa nova relação pretende “um saber prático que dá sentido e orientação à existência e cria o hábito de decidir bem”.

A primeira ruptura epistemológica se refere a uma ciência sem consciência, ou seja, para a construção e institucionalização da ciência, foi necessário o primeiro processo (primeira ruptura), um mal necessário, “somente a partir da modernidade é possível transcender a modernidade” (SANTOS, 2000, p. 74). Dessa forma o pensamento da modernidade tratou o senso comum enquanto caráter adverso à ciência, sendo a mesma artífice legitimadora dos interesses de determinados grupos sociais. Santos (2000, p.85), corroborando o exposto ressalta que “a ciência moderna, além de moderna, é também ocidental, capitalista e sexista”.

A busca por um paradigma social se dá por meio do segundo processo que é a ruptura da ruptura epistemológica, partindo da máxima de que “a ciência moderna não é a única explicação possível da realidade” (SANTOS, 2000, p. 84). Esse paradigma social deve fazer com que o conhecimento penda em favor do conhecimento-emancipação. Ao se conceber o estado de saber enquanto solidariedade esse tipo de conhecimento busca transferir a ideia de objeto-para-o-sujeito a fim da reciprocidade entre os sujeitos. Notamos certa horizontalidade entre objeto e sujeito, sendo assim “um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos une pessoalmente ao que estudamos” (SANTOS, 2000, p. 84).

A dupla ruptura busca também uma proposição ética, substanciando-se no conhecimento-emancipação e distanciando-se da ética liberal. Santos (2000, p. 112) propõe uma ética que visiona a responsabilidade, “a nova ética não é antropocêntrica, nem individualista, nem busca apenas a responsabilidade pelas consequências imediatas. É uma responsabilidade pelo futuro”.

Portanto,

Ficou dito atrás que a primeira ruptura metodológica visa responder à pergunta “como se faz ciência?”, ou seja, a indagação sobre os procedimentos concretos que permitem à ciência constituir-se contra o senso comum. A segunda ruptura visa responder à pergunta “para que queremos a ciência?”, ou seja, a indagação sobre os procedimentos concretos que podem conduzir à superação da distinção entre ciência e senso comum (SANTOS, 1999, p. 71).

Santos (1999; 2000, p. 117), corroborando o exposto anteriormente, afirma que a ciência deve ser compreendida enquanto prática social do conhecimento, uma tarefa dialógica com o mundo, desenvolvida então em meio a todas as peculiaridades referentes a esse tipo de prática. A ciência ganhou gradualmente a característica de força produtiva, e à medida que isso aconteceu, “neutralizou-lhe o potencial emancipatório e submeteu-se ao utopismo automático da tecnologia”.

2.2 Abordagem substantiva das organizações

Baseamos, fundamentalmente, na abordagem substantiva das organizações para compreender a tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva do processo de incubação. Isso se dá, com o intuito de entender a incubadora e a organização em formação como espaço epistemológico carregado de disputas de sentidos, garantindo assim o aspecto ético atrelado à prática organizacional.

Guerreiro Ramos (1989), em sua obra, objetiva analisar os princípios transmutados que a centralização do mercado trouxe à sociedade. Com o intuito de apontar propostas para essa problemática o autor constrói uma abordagem diferenciada para as ciências sociais, mais especificamente, para os estudos organizacionais. Ao tratar da racionalidade o autor afirma que esse termo foi perdendo seu caráter, a partir do advento da modernidade. Houve então, um estreitamento da razão, que se fixa nos meios e se desvincula dos valores, ou seja, dos fins. Na mesma obra Guerreiro Ramos (1989) defende uma reflexão crítica sobre a obsessão operacional trazida pelo “administrativismo”, devendo assim ostentar uma abordagem ética/substantiva das organizações.

O fenômeno, tratado por Guerreiro Ramos (1989), trouxe às sociedades momentos de crises, patologias e guerras, por exemplo. Conseguiu também justificar a utilização da ciência

de forma desconectada de valores humanos essenciais. Serva (1996), ao tratar dos resultados dessa sociedade centrada no mercado, afirma que, dentre outros fatores, a insegurança psicológica, degradação ambiental, perda da qualidade de vida, exaustão de recursos limitados e a incapacidade de construir espaços socioaproximadores são os que mais chamam a atenção.

A fim de uma vida humana associada que busque a autorrealização dos sujeitos, Guerreiro Ramos (1989) sustenta que deveriam ser reconhecidos, delimitados e associados diversos sistemas sociais ou enclaves organizacionais. Propõe então o reconhecimento, delimitação e associação de enclaves, dimensões já existentes na estrutura social e que fazem parte da realidade das sociedades e das organizações. Essa concepção que considera os diversos espaços da vida humana associada visa à satisfação dos sujeitos, indo além da unidimensionalização e comportamentalização, características do mercado.

Guerreiro Ramos (1989) trata, basicamente, de dois tipos de racionalidades, o instrumental e o substantivo. Serva (1996, p. 338) ao desenvolver tais conceitos em sua tese de doutorado, define a ação racional substantiva aquela que apresenta como elementos constitutivos: autorrealização, entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia, ou seja, como

“ação orientada para duas dimensões: na dimensão individual, refere-se à autorrealização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, refere-se ao entendimento, nas direções da responsabilidade e satisfação sociais.”

Já a ação racional instrumental apresenta como elementos constitutivos o cálculo, os fins, a maximização dos lucros, o êxito, os resultados, o desempenho, a utilidade, a rentabilidade e a estratégia interpessoal. Caracterizando assim uma “ação baseada no cálculo, orientada para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas à interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis” (SERVA, 1996, p. 340).

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa tem como base os pressupostos qualitativos. Buscando assim compreender a gestão desenvolvida no processo de incubação, por meio das representações sociais que são influenciadas pelas tensões epistêmica e entre as racionalidades instrumental e substantiva, enquanto pressupostos.

A coleta de dados foi realizada por meio de dados primários e secundários. Para se ter acesso aos primeiros formulamos categorias de análise desenvolvidas para guiar as entrevistas semi-estruturadas. E, por conseguinte os dados secundários foram colhidos juntamente com a incubadora por meio de publicações e material confeccionada pela mesma. As categorias de análise incluem dimensões fundamentais como contexto, tensão epistêmica, tensão entre racionalidades e aspectos da gestão.

O local de pesquisa se deu na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo. Formalmente, a incubadora faz parte do Núcleo de Direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. Esse núcleo tem como objetivo fomentar as ações que estimulem a comunidade universitária a um maior engajamento da universidade na construção cultural, científica, técnica e política da

sociedade. Os programas são parte do trabalho de alunos, técnicos e professores dos mais diversos setores da Universidade (ITCP-USP, 2013).

Acreditamos que o local é idiossincrático, pois é uma das incubadoras mais antigas de toda a rede, que desenvolve seu trabalho na maior universidade pública do país, que está situada na maior cidade brasileira. Dessa forma, compreender o desenvolvimento da gestão durante o processo de incubação desenvolvido na ITCP-USP, é um dos fatores que justificam essa pesquisa.

O acesso às representações sociais foi estabelecido por meio das entrevistas semiestruturadas com os dois grupos, formadores e cooperativistas, e por meio das publicações realizadas pela própria ITCP, em forma de livros e material bibliográfico. As conversas se deram com os formadores que trabalham com dois grupos de incubação e com dois cooperativistas, membros desses grupos. Portanto três formadores e dois cooperativistas foram entrevistados para o presente estudo. Ao realizarmos visitas à ITCP-USP coletamos algumas de suas publicações, principalmente aquelas que se relacionam com a gestão.

As entrevistas foram realizadas com cinco sujeitos, identificados como E1, E2, E3, E4 e E5. Características e duração das entrevistas constam no quadro abaixo:

E1	Mulher casada, cerca de 40 anos, cooperativista	Ensino médio completo	3 filhos e 1 neto	15 min. de entrevista
E2	Mulher casada, cerca de 70 anos, cooperativista	Ensino médio incompleto	3 filhos, nove 9	20 min.
E3	Mulher solteira, cerca de 25 anos, formadora, estudante da USP	Estudante na USP	Sem filhos	1 horas e 10 min.
E4	Mulher, cerca de 50 anos, formadora	Pedagoga aposentada	---	45 min.
E5	Homem de origem alemã, com cerca de 55 anos, formador	Sociólogo aposentado	---	1 hora e 50 min.

Figura 1. Características dos entrevistados e duração das entrevistas

Fonte: Elaboração própria.

As representações sociais podem ser interpretadas de diversas formas baseadas nas mais diferentes correntes. Dentre essas linhas de pensamento, o método interpretacionista é um dos que podem ser utilizados, e conseqüentemente é o escolhido nesse trabalho.

A análise dos dados ocorreu de forma a entender a representação social como a posição assumida pelos sujeitos do fenômeno referente à realidade, ou seja, compreender a realidade por meio da versão apresentada pelos sujeitos, versão essa fundamentada nos referenciais do próprio grupo e no olhar do pesquisador com base referencial teórico. Portanto ao analisarmos as representações enquanto uma tradução da realidade, devemos mostrar de que tradução se trata e porque ela se desenvolve de certa maneira e não de outra. Sob uma perspectiva estrutural buscou-se compreender a lógica da estrutura encontrada e sua razão de ser, ou seja, as justificativas que resultam em determinado núcleo central naquele determinado grupo. Sob uma perspectiva processual, buscou-se compreender como se forma e organiza internamente a representação, delineando assim o desenho, a lógica interna e o princípio organizador da representação, além de sua relação com o mundo (ARRUDA, 2005).

A seguir trataremos da análise dos dados.

4 Análise dos Dados

Primeiramente trataremos das representações sociais que deram sentido a ideia do processo de incubação, ou seja, o que esse processo representa para os grupos de formadores e de cooperativistas. O primeiro grupo baseou suas considerações na ideia de formação e emancipação. Para eles o processo de incubação é uma estrutura que se aproxima de um projeto pedagógico, em que ocorre uma formação dos dois grupos. Essa formação tem como fundamento a contextualização do sujeito na sociedade em que está inserido resultando em um tipo de 'emancipação', segundo os relatos. O grupo dos formandos entende o processo de incubação como parte de uma assessoria, ou seja, de um apoio institucional por parte da universidade na consecução do empreendimento. Portanto, a assessoria requerida pelos cooperativistas encontra sua outra ponta na formação desenvolvida pelos formadores, que entendem o seu papel enquanto o de lapidar os conhecimentos desenvolvidos na universidade tendo como balizas as problemáticas cotidianas dos cooperativistas.

Tendo como base essas representações sociais trataremos da tensão epistêmica que envolve os dois grupos no processo de incubação. A partir das falas dos sujeitos notamos que a tensão epistêmica é fundamentada por diversas características do processo de incubação, das quais destacamos as seguintes: relação entre formadores e cooperativistas; entre teoria e prática; formação dos grupos; desconhecimento do cooperativismo por parte dos formandos; habilidades dos formadores; metodologia.

A relação entre formadores e cooperativistas é tida como uma primeira fonte de tensão, pois acreditamos que os grupos advêm de estruturas sociais diferenciadas. Essa característica traz consigo divergências nas construções simbólicas dos sujeitos. Por exemplo, o grupo dos formadores é composto por pessoas, em sua maioria, da classe-média com ensino superior, enquanto os formandos são de uma classe menos favorecida, e em sua maioria, com pouco contato com o ensino formalizado.

Outra fonte de tensão epistêmica se encontra na relação entre teoria e prática. Teoria e prática desenvolvem uma inter-relação de subjugação da segunda em relação à primeira, como destacamos no presente referencial teórico. No processo de incubação na medida em que os problemas práticos organizacionais se tornam aparentes os formadores introduzem a parte teórica com o intuito de resolvê-los. Dessa forma, a teoria é desenvolvida na prática desenvolvendo uma inter-relação complexa, de construção e desconstrução dos conhecimentos.

Uma terceira fonte de tensão epistêmica se desenvolve na formação dos grupos. Como se pode perceber esse é um ponto de suma importância para a construção do empreendimento, já que os grupos são a razão da existência do mesmo. Destacamos uma problemática de engajamento entre os sujeitos que participam do empreendimento, pois há um histórico de diminuição do número de pessoas que compõem os grupos com o passar do tempo. Dessa forma, a manutenção de grupos é uma problemática que influencia em como a relação epistêmica entre os formadores e cooperativistas é desenvolvida.

Como uma quarta fonte de tensão epistêmica destacamos o desconhecimento a respeito do cooperativismo por parte dos formandos. Segundo os relatos, a apresentação ao cooperativismo acontece de forma bastante surpreendente para o grupo em formação, resultando assim nas mais diversas emoções, essas que podem ser divididas em duas situações, de continuidade e no engajamento a fim de se construir um empreendimento, e outra de

abandona, pois não se consegue a adaptação a um novo tipo de relação de trabalho. Dessa forma, a tensão se desenvolve permeada pela insegurança de uma nova possibilidade de relacionamento.

Por último destacaremos as habilidades necessárias aos formadores. Embora, a tarefa de ser formador em uma ITCP chame bastante atenção daquelas pessoas que se encontram descontentes com a realidade. As falas destacaram para um determinado perfil que contemple características, como as de escuta e paciência por exemplo. Na medida em que esses atributos não são contemplados a tensão epistêmica passa a se tornar presente, resultando em obstáculo para a continuação do processo.

Analisaremos nesse momento os aspectos causadores de tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva. Acreditamos assim que ao tratarmos das duas racionalidades enquanto dois polos distintos somos vítimas de uma aparente dicotomia estável. Essa estabilidade aparente existente pode mascarar a complexidade envolvida nessa temática. No sentido de que a tensão se constrói a partir de um esquema entre ordem-desordem-reorganização entre a racionalidade substantiva e a instrumental. Os dois polos são fontes de tensão, como já sinalizou Guerreiro Ramos (1989).

[...] Há, portanto, uma tensão contínua entre os sistemas organizacionais planejados e os atualizadores, e afirmar que o indivíduo deveria esforçar-se para eliminar essa tensão, chegando assim a uma condição de equilíbrio orgânico com a empresa (exemplo de política cognitiva que uma psicologia motivacional defende, em bases supostamente científicas), corresponde a recomendar a deformação da pessoa humana. Somente um ser deformado pode encontrar em sistemas planejados o meio adequado à própria atualização. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 99)

O predomínio de uma das racionalidades obstaculiza ou exerce tensão no desenvolvimento da outra. Por exemplo, a predominância da racionalidade instrumental demonstra o caminho estrito limitante do caminho do que é mais abrangente, há um enfoque nos meios, tornando difícil, quando não impossível, a valorização dos fins. Guerreiro Ramos já apontava a noção de tensão e continuum entre as racionalidades.

Tendo como base essa ideia de continuum para fundamentar dois pólos interdependentes, o processo de incubação apresenta os valores humanos presentes no empreendimento econômico solidário/cooperativista de um lado e os aspectos econômicos do outro. Ou seja, há uma tensão na formulação do empreendimento econômico cooperativista/solidário na medida em que o aspecto econômico é fundamental à existência do mesmo e os valores envolvidos no espaço da organização também o são.

Após compreendermos as fontes de tensões epistêmica e entre racionalidades no processo de incubação, assim como se constroem as representações sociais de gestão. Traçaremos, no momento, algumas perspectivas, baseadas nas entrevistas e nos textos produzidos pela ITCP-USP a respeito do desenvolvimento do conceito de gestão pelos mesmos.

Percebemos com a análise das entrevistas e da produção bibliográfica dos membros da ITCP-USP que se tem uma preocupação bastante forte com a adaptação de conceitos advindos da gestão de empresas capitalistas para os empreendimentos que estão sendo desenvolvidos. Por vezes encontramos nas produções utilizadas como guias do processo de incubação, por

exemplo, Corrales e Silva (2011), com visões baseadas em aspectos gerencialistas, sem haver essa adaptação que preocupa a fala dos sujeitos. Em publicações como essa, a autogestão é entendida como a antítese da gestão capitalista, ocorre, portanto um oxímoro no entendimento da prática organizacional, já que ferramentas gerenciais, típicas de empresas capitalistas são tidas como possibilidades nos empreendimentos. Notamos assim que essa adaptação e inter-relação da mesma com a autogestão é realizada de maneira incipiente. Sendo assim a construção de ferramentas adaptadas ao cotidiano organizacional não acontece de forma a sistematizar o conhecimento sobre gestão, ou seja, não há um conjunto de conhecimentos que possibilite a incubadora construir um arcabouço teórico a fim de substanciar as ações fundamentadas na autogestão.

A autogestão é visualizada enquanto o direito a voto dos sujeitos que participam do empreendimento, e com isso a possibilidade de sua participação na gerência da organização. No entanto, se nos basearmos nas concepções de Guillerme e Bourdet (1976), assim como as publicações da ITCP-USP fazem, esse conceito de autogestão é incipiente, pois minimiza todo poder político a que a autogestão se propõe. Por vezes, nos parece uma autogestão “domesticada” no sentido de que o aspecto mais radical de mudança estrutural nas bases sociais não se torna sensível. Pois a participação na gestão do empreendimento e o direito de votar nas decisões que serão tomadas emprestam ao sujeito um sentimento de que ele tem o poder de participação. No entanto, ao sair do ambiente do empreendimento econômico solidário/cooperativista ele encontra o mesmo cenário de submissão a que sempre foi exposto.

Os cooperativistas que participam do processo de incubação enxergam a gestão enquanto forma organizativa do empreendimento econômico solidário/cooperativista, isso se dá porque há um histórico de informalidade que permeou a vida desses indivíduos, fazendo com que os mesmos se acostumassem com a falta e precariedade dos registros e da organização dos empreendimentos que já participaram. Sendo assim o aspecto organizativo estabelece centralidade nas representações construídas pelos sujeitos a partir da gestão.

O tempo é parte de uma temática que merece destaque ao tratarmos da gestão desenvolvida na ITCP-USP, pois acreditamos que o processo de incubação não está vinculado à mesma noção de tempo que o mercado, como diria Guerreiro Ramos (1989), o processo de incubação não é realizado em um tempo linear. A visão estreita, linear e instrumental do tempo, na visão de mundo dominante na modernidade, marginaliza outras concepções de tempo. Gerenciar um empreendimento econômico solidário/cooperativo deve ir além do paradigma dominante, encontrando maneiras de atuação que vão além das práticas produtivistas.

5 Considerações finais

A partir das análises realizadas, acreditamos que a gestão se desenvolve no ambiente da incubadora de maneira a satisfazer nas necessidades momentâneas do grupo, assume, portanto uma ideia organizativa, ou seja, de que a gestão traz consigo aspectos que formalizam o empreendimento em formação. A autogestão é considerada como a forma de se guiar as ações da organização, no entanto, percebemos que seu conceito é utilizado de maneira incipiente, resultando assim em um exercício incipiente, técnico e apolítico da mesma. Dessa forma, concluímos que a gestão se faz presente às concepções simbólicas dos indivíduos à medida que a mesma é utilizada na melhora do ambiente produtivo.

Nota-se, a partir da literatura consultada e do estudo específico desenvolvido na USP, que falta às universidades envolvidas com incubação de cooperativas populares um

investimento em grades curriculares diferentes, multi, inter e transdisciplinares. Os cursos de administração, por sua vez, poderiam contribuir com os processos de incubação na medida em que investissem na compreensão das tensões epistêmicas, entre diferentes organizações e processos organizacionais.

Outro fator que nos parece latente e merece reflexão, é o da falta de administradores envolvidos no processo de incubação. Acreditamos assim que essa lacuna traz problemas básicos na organização e manutenção dos empreendimentos. Resultando assim em um processo caótico e pouco sistemático, realizado de forma incipiente e superficial. A gestão, teoricamente, deveria ser desenvolvida de forma a gerir o espaço social de maneira a atender aos dois eixos de atuação da ITCP-USP, o cooperativo e o econômico. No entanto, o processo se assemelha a um grupo terapêutico, proporcionando em primeiro lugar, e não menos importante, um espaço de inter-relação entre os sujeitos e um possível distanciamento do papel submisso a que estão acostumados. No entanto, a organização enquanto um empreendimento voltado para a geração de renda fica relegado aos problemas individuais das pessoas que participam, resultando assim em uma prática pouco eficiente nesse sentido.

Concluimos, portanto, que as tensões epistêmica e entre racionalidades instrumental e substantiva estão não só relacionadas entre si, mas constituem o cerne dos obstáculos do processo de incubação de cooperativas populares. Argumentamos que o enfrentamento de tais obstáculos depende de uma abordagem crítica, dialógica, com base num paradigma emergente, complexo, que implica na adoção de práticas multi, inter e transdisciplinares (de forma crescentemente complexa). Sem uma adequada estruturação de incubadoras de cooperativas populares, sem uma formação substantiva dos formadores, as tensões tendem a reproduzir-se, como obstáculos não superados.

Referências

ARRUDA, Angela. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, Antonia S. P.; CAMARGO, Brígido V.; JESUÍNO, Jorge C.; NÓBREGA, Sheva M. (Org). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. 2 ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005. p. 229-258.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio C. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Coppe/UFRJ. In: CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter (Org). **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 235-263.

CARVALHO, J. E. F. B. de.; CANÇADO, A. C. Gestão e Racionalidade: Análise da Metodologia de Incubação de Cooperativas Populares da ITCP/NESol/UFT. In CANÇADO, A.C.; CANÇADO, A. C. M. G. **Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de incubação**. 2. ed. Palmas: Futura, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer, v. 1. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORRALES, Beatriz R., SILVA, Diego dos S. V. **Ferramentas de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: ITCP-USP, 2011.

CULTI, Maria N. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como Processo Educativo. **Outra Economia**. Ijuí, v. 3, n. 5, p. 146-165, 2 sem. 2009.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. **Proninc**. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas_proninc> . Acesso em 20 de janeiro de 2013.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ITCP-USP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Universidade de São Paulo. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/historia>>. Acesso em 10 de março de 2013.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org). **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 63-99.

MINAYO, Maria Cecília de S. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org). **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-112.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 350 p.

MORIN, Edgar. **O método 4**. As ideias: sua natureza, vida, habitat e organização. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. 350 p.

SANTOS, Boaventura de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176 p.



**IV Colóquio Internacional de Epistemologia e
Sociologia da Ciência da Administração**
Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SERVA, Maurício. **Racionalidade e Organizações:** O fenômeno das organizações substantivas. Volumes I e II. São Paulo: FGV, 1996. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1996.